# Brasília, 8 de Janeiro de 2023: a Festa Acabou! A Guerra (Ainda) Não.

### Ada C. Machado da Silveira[[1]](#footnote-2), Gabriela Schneider[[2]](#footnote-3), Camila Hartmann[[3]](#footnote-4)

## Introdução

O presente texto discute a cobertura em tempo real dos incidentes de 8 de janeiro de 2023 em Brasília. A midiatização proporcionada afetou os brasileiros num primeiro momento, mas também afetou a outras sociedades, amplificando a sensação de medo e insegurança. Assim, faz-se necessário perguntar sobre a necessidade de geração de imagens de violência pública nos primeiros momentos do mandato do novo presidente brasileiro. Entendemos que o episódio sinaliza o encerramento de um longo ensaio de laboratório social que congrega os brasileiros na condição de combatentes voluntários, mas também involuntários, de uma guerra que tem na desinformação o seu principal insumo.

O texto está estruturado em seis seções. Tratamos do primeiro momento em que se deram os acontecimentos. Um segundo momento em que abordamos os antecedentes da tutela militar no Brasil. Um terceiro momento em que tratamos das características midiatizadas dos tumultos de 8 de janeiro de 2023. Um quarto momento em que os combatentes (in)voluntários são chamados à guerra híbrida. A multidimensionalidade da violência é tratada numa quinta seção. Por fim, o epílogo trata da compreensão dos tumultos em sua significação social.

## Um Primeiro Momento

Os acontecimentos na Praça dos Três Poderes em Brasília, ocorridos em 8 de janeiro de 2023, dois anos após o tumulto no Capitólio em Washington, nos Estados Unidos, são avassaladores. A tomada do centro simbólico do poder do Estado, em 6 de janeiro de 2021, com o objetivo de anular os resultados eleitorais dos Estados Unidos, resultou em várias mortes. O mesmo não ocorreu no Brasil. O assalto ao Capitólio é analisado como um contra distúrbio reacionário organizado digitalmente.[[4]](#footnote-5)

Em Brasília instaurou-se em campo de batalha capaz de oferecer, com transmissão em tempo real, a circulação de imagens de guerra, vandalizando os símbolos pátrios do Brasil. Tal circulação se repetiu por cerca das 12 horas em que duraram os tumultos. Elas continuaram a propagar-se nas plataformas digitais por mais dias.

A posse de Luiz Inácio Lula da Silva em 1º. de janeiro de 2023 não contou com o solene ato de transmissão do cargo por seu antecessor. Nas vésperas, Jair Messias Bolsonaro e família, ainda dispondo do visto diplomático de chefe de Estado, instalaram-se na Flórida, nos Estados Unidos. A cerimônia de posse foi então reestruturada com a performance conhecida no carnaval brasileiro da Comissão de frente, um grupo de notáveis que saúda a audiência e, naquela situação, apresenta a escola de samba. Em sua terceira posse presidencial, Lula foi distinguido publicamente como o 39º Presidente da República do Brasil por uma comissão de oito pessoas: um menino negro em situação vulnerável, um militante transexual portador de deficiência, um cacique indígena de 93 anos, um professor, um metalúrgico do ABC, uma cozinheira e um artesão. Também integrou a comissão uma mulher negra, catadora de materiais recicláveis, responsável pela transmissão da faixa presidencial.

Depois de participar do *Festival do Futuro*, evento que contou com a apresentação de dezenas de artistas, milhares de assistentes permaneceram horas sob o tórrido sol mormacento do Planalto Central para prestigiar a cerimônia. Não foram registrados incidentes dignos de nota. Contrariando temores e especulações, foi um dia de festa, com desfile em carro aberto pelo Eixo Monumental de Brasília.

Ato seguido a sua posse, o presidente Lula viajou a Santos-SP para o enterro do ‘Rei do Futebol’. Edson Arantes do Nascimento, defenestrado politicamente em decorrência de manifestação pró-governos militares na década de 1970, quando afirmou que ‘brasileiro não sabia votar’, havia falecido e com ele ia-se o ídolo Pelé.

Uma semana depois, no dia 8 de janeiro, um campo de batalha se instaurou na capital do Brasil. Tumultos tomaram conta da Praça dos Três Poderes, território de jurisdição federal que concentra as sedes das instituições máximas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Os perpetradores vandalizaram as instalações que, por ser domingo, continham poucas pessoas. As forças de segurança haviam sido habilmente desmobilizadas previamente. Por várias horas os símbolos pátrios foram atacados com elementos de improviso, ou seja, sem armas que caracterizassem ação terrorista. Vidraças, objetos de arte do patrimônio nacional, utensílios de trabalho, registros documentais e o que foi encontrado pelo caminho, tudo foi alvo de destruição. O espetáculo configurou-se por imagens de guerra que se insurgiram vandalizando os símbolos pátrios do Brasil. Elas circularam com transmissão em tempo real numa cobertura produzida pelos *smartphones* dos próprios depredadores, seguidas de cobertura da mídia corporativa.

Os ataques da multidão enfurecida à Praça dos Três Poderes em Brasília ocorridos no domingo seguinte à posse e no mesmo local disputaram as atenções do mundo. O evento seria registrado como uma reedição do atentado ao Capitólio em Washington, dadas várias coincidências, dentre elas a não reeleição de um representante de ideologia de extrema-direita.

Os edifícios dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário foram atacados sem que qualquer tipo de força militar ou policial os detivesse. Haveria alguma orientação quanto à necessidade premente da geração de imagens? Seria importante preservar um palco de ação predatória contra o patrimônio público? O pesquisador Júlio Cossio Rodriguez entende que o episódio demonstrou o fracasso concreto da segurança pública no Brasil.[[5]](#footnote-6) A segurança dos prédios na Praça dos Três Poderes é realizada individualmente por cada poder e restrita à segurança interna. Já a responsabilidade pela segurança na cidade de Brasília, incluindo-se a Praça dos Três Poderes, compete ao governo do Distrito Federal. Ele registra que os pesquisadores alertaram ao novo governo que já não havia capacidade de produção de informações confiáveis de inteligência.

## Os Antecedentes da Tutela Militar

A ligação ideológica articulou o governo Bolsonaro ao governo do Distrito Federal, e suas ações se enraizaram no conjunto das forças de segurança e nos aparatos de inteligência brasileiros que incorporaram a perspectiva policial-militarizada de segurança pública, comprometendo todo o serviço securitário à população. As forças policiais no Brasil geralmente caracterizam-se por posturas duras e repressoras, ignorando sistematicamente demandas sociais legítimas. Mas, no caso do tumulto de 8 de janeiro, pelo contrário, a invasão do patrimônio público foi resguardada justamente por tais forças. Qual é a compreensão securitizadora que preside e ordena tais forças de segurança dos três poderes em Brasília? A resposta passa por considerar o peso da tutela militar na sociedade nacional.

A tutela militar no Brasil está presente desde a Proclamação da República em 1889. Alguns momentos históricos específicos da formação do Estado nacional ajudam a compreender o impacto que a tutela militar tem na democracia brasileira. Parte da literatura nacional atribui a interrupção do regime monárquico no Brasil, entre outros fatores e atores, aos militares – que já demonstravam a sua ascensão e interesse na política.[[6]](#footnote-7) A Proclamação da República foi um grande acordo entre as elites dominantes, com ampla presença da Igreja e dos militares. O período clássico da República Velha (1889–1894) é reconhecido como a ‘República da Espada’, justamente por ter sido governado de forma centralizada pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Outro destaque relevante é a revolta civil-militar de 1930 que resultou na posse de Getúlio Vargas.[[7]](#footnote-8) O Congresso foi suspenso, a imprensa começou a ser cada vez mais censurada e os governos dos estados, com exceção de Minas Gerais, foram substituídos por interventores. Vargas suspendeu direitos políticos de parte da população pelo prazo de três anos. Na sequência, o Estado Novo brasileiro (1937-1945) foi praticamente uma aliança entre a elite burguesa e parte das burocracias civis e militares. Simpatias com o fascismo na década de 1930 e, com a eclosão da 2a. Guerra Mundial, adesão aos Aliados com o envio de tropas brasileiras, os 'pracinhas', em 1942 para lutar na Itália.

A eleição do general Eurico Gaspar Dutra pelo voto direto do povo, em 1946, marcou o início de uma experiência de um regime democrático no Brasil. Tal experiência (assim reconhecida pela existência do voto popular direto) foi repleta de crises, como o suicídio de um presidente, políticas populistas e uma forte luta por parte da elite econômica e social pela retomada do poder.[[8]](#footnote-9)

Entre o vai-e-vem pela retomada do poder, chegamos ao período do golpe civil-militar-empresarial de 1964. Comandantes do Exército e da Marinha baixaram o Ato Institucional n°1 (AI-1) e por meio deles passaram a governar (no total foram 17 AIs), elegendo indiretamente pelo Congresso Nacional o general Humberto de Alencar Castelo Branco, assim como os que lhe sucederam até 1985, com o retorno de civis à presidência.

A tutela militar não se mostraria tão presente ainda na vida brasileira não fossem as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), as quais somam 36 entre 2010 e 2016. Iniciadas sob a denominação de 'Forças de Pacificação' nas favelas da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, elas inauguraram uma série de atividades com vistas à promoção de uma imagem de segurança da cidade em preparação para sediar as competições da Copa do Mundo de Futebol (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016). Em 2018, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, dirigiu-se ao então presidente da República Michel Temer e solicitou nova GLO, a qual duraria até o mês de dezembro, após a eleição do capitão Jair Bolsonaro e do General Mourão como seu vice-presidente. A cobertura realizada pela Rede Globo de Televisão em seu telejornal de maior audiência deu mostras da profunda imbricação entre um grupo de mídia e o poder instituído.

Observando-se o histórico esboçado, percebe-se que não foi à toa que o governo Bolsonaro se militarizou em diversas instâncias, triplicando – em relação à gestão anterior – a presença de militares em cargos civis na administração federal.[[9]](#footnote-10) Percebemos que a tutela militar na política e na sociedade brasileira se estabeleceu desde o início da formação do Estado nacional e não é algo que ressurja com Bolsonaro em 2019. Trata-se de uma busca sistemática de retomada de poder cujas estratégias acompanham a transformação da sociedade com o passar dos anos. A simbologia invocada em imagens, explorando um imaginário de ordem, privilegia a perspectiva brasileira da política a *manu militari*.[[10]](#footnote-11)

## O Evento Midiatizado

A passagem da faixa presidencial é um ato político simbólico realizado a cada quatro anos na cerimônia de posse do Presidente eleito. Não existe uma norma ou lei que estabeleça de forma obrigatória a passagem de faixa para o sucessor. Contudo, o ato tornou-se tradição desde que foi instituído em 1910 pelo à época presidente Hermes da Fonseca. Trata-se de um gesto solene que representa a passagem de poder do mais alto cargo do Executivo federal. Desde a redemocratização no Brasil, vivenciamos apenas duas experiências de presidentes que não aceitaram ou reconheceram a posse do sucessor eleito e se negaram a cumprir o ato simbólico de repassar a faixa presidencial, ambos militares: o já mencionado capitão Jair Messias Bolsonaro (2023) e, anteriormente, o general João Baptista de Figueiredo (1985), último presidente do período da ditadura (1979-1985) que, sequer compareceu ao ato de posse. O gesto simbólico foi cumprido por um funcionário do Palácio do Planalto.

Posteriormente, em março de 1990, José Sarney retoma o movimento pacífico e simbólico e transfere a faixa presidencial para Fernando Collor de Mello no cerimonial de posse. Collor foi eleito diretamente pelo voto do povo, mas seu mandato durou pouco menos de dois anos. Após a abertura do *impeachment*, em dezembro de 1992, Itamar Franco assumiu a Presidência. Neste caso, a cerimônia de assinatura de posse foi breve e não houve rito de passagem de faixa presidencial. Itamar Franco seguiria o rito simbólico de passagem de faixa presidencial na cerimônia de posse de Fernando Henrique Cardoso, que governou por dois mandatos seguidos (1995-2003) e, em janeiro de 2001, reconheceu a vitória do adversário, Luiz Inácio Lula da Silva, cumprindo o gesto simbólico de passagem de poder. Da mesma forma, Lula governou por dois mandatos (2003-2011) e em janeiro de 2011 entregou a faixa presidencial para Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita e reeleita presidente do Brasil (2011-2016). Dilma teve seu segundo mandato interrompido em agosto de 2016 por meio de um *impeachment* de origem do Poder Legislativo. Em 22 de setembro de 2023 o Supremo Tribunal Federal rejeitou, por unanimidade, um recurso do PSL que buscava anular a votação do Senado que manteve os direitos políticos da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Na ocasião, sem receber a faixa presidencial, quem assumiu o cargo foi o vice-presidente Michel Temer (MDB). Em janeiro de 2019, Temer cumpre o ritual de passagem de poder ao eleito presidente Jair Messias Bolsonaro (PSC) que, em 2022, tentou a reeleição, mas foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Todas as cerimônias evocadas contaram com ampla cobertura ao vivo ao modo de evento midiático.[[11]](#footnote-12) Com a progressiva normalização da prática da passagem de faixa presidencial, o protocolo incorporou as dinâmicas da mídia brasileira e passou a mediar o evento, estabelecendo uma ritualidade progressivamente enriquecida de detalhes. A posse do presidente Lula em 2023 extrapolou os eventos anteriores e concedeu-lhe caráter plenamente midiatizado. Isso, no entanto, teve seu preço.

Em que pese as peculiaridades e rupturas políticas legítimas e ilegítimas da história brasileira, apenas em 1985 (com Figueiredo) e em 2023 (com Bolsonaro) os antecessores negaram-se a participar do rito simbólico de passagem da faixa presidencial aos sucessores. São 38 anos que separam Figueiredo de Bolsonaro. Além disso, em 2023, além da recusa pessoal de Jair Bolsonaro em reconhecer a derrota, houve também a quebra da tradição da transição pacífica que ocorria desde a redemocratização. Tal ruptura preparava a insurreição do 8 de janeiro e sinalizava vigorosamente para os acampamentos civis, compostos inclusive por mulheres, jovens e crianças, à frente dos quartéis.

O aparelhamento da máquina governamental em favor da promoção do ambiente de desinformação e a subordinação ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) culminou com a inoperância da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que era vinculada ao referido Gabinete. Após o 8 de janeiro, a Abin passa a ser um órgão diretamente ligado à Presidência da República por meio da Casa Civil, com a principal missão de disponibilizar informações e análises estratégicas, de forma precisa e confiável, tanto para o presidente da República quanto para seus ministros, a fim de apoiar o processo de tomada de decisões governamentais. Ocorre que os tumultos de 8 de janeiro colocaram em questão a credibilidade tanto do GSI, quanto da Abin.

A mobilização do governo federal e da máquina pública para a disseminação de *fake news* implicou na convocação de legiões de simpatizantes do presidente Bolsonaro em favor de seu projeto comunicacional-midiático. O chamado *Gabinete do Ódio*, conforme denunciado pela jornalista Vera Magalhães, do diário *O Globo*, seria coordenado por seu filho, o vereador na cidade do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro. Sediado no Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo, ele se entranhou na máquina pública e seria responsável por disparos em massa operados por robôs, contratação de mão-de-obra produtora de conteúdos ocupados na produção de informações falsas e na customização das bolhas.

O *Gabinete do Ódio* foi capaz de desenvolver competências para inserir-se na articulação internacional da ‘rede trans-plataforma’ composta por *podcasts*, programação de *broadcast* e *cards*/memes para mídias sociais, especialmente Telegram e WhatsApp. A rede funciona tanto como um enclave cultural de desinformação para conservadores, quanto como um agente estruturante de um ‘contra-público’ da mídia de massa, desafiando a institucionalidade e a cultura de mídia profissional. A estrutura montada manteve-se, no entanto, mesmo com o final do mandato, animando o bolsonarismo. As ‘plataformas de choque’ e as ‘plataformas policiais’ (do inglês *riot platforms and police platforms*),[[12]](#footnote-13) cuja implantação e consolidação foi oportunizada pela política de segurança pública desenvolvida para recepcionar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 parecem não ter dado notícia capaz de antecipar os riscos ao esquema de segurança ameaçado.

Preconceitos conservadores, classistas, machistas e racistas franquearam manifestações com respostas simples e outras complexas e desenvolveram o que pode ser entendido como midiosfera bolsonarista. A possibilidade de crítica social e exercício da politicidade reclama aquilo que justamente os acontecimentos da Praça dos Três Poderes buscam extinguir, as mediações. Apoderar-se da instância midiática sem mediação seria sua intenção?

## Os Combatentes (In)voluntários

A cobertura midiática voluntariosa dos ativistas (e também dos profissionais) dos incidentes de 8 de janeiro em Brasília afetou os brasileiros num primeiro momento, amplificando a sensação de medo e insegurança, uma apropriação brasileira do que nos Estados Unidos denominou-se de ‘revolta desenfreada’ (do inglês *riots uprising*).

Assim, faz-se procedente perguntar sobre uma orientação prévia quanto à necessidade premente da geração de imagens de violência pública nos primeiros momentos do mandato do novo presidente. E, especialmente, o sentido de promover um palco de ação predatória contra o patrimônio público, dado que muitas outras iniciativas de ordem judicial haviam falhado no intento de impedir sua eleição e posse.

Os acontecimentos da capital federal materializam procedimentos próprios do que vem sendo debatido como ‘guerra híbrida’, dado que envolve diversos dispositivos de desinformação e confronto de narrativas, e se assentam em um panorama conflituoso. Estabelecer conceitos e aplicá-los à realidade brasileira, no entanto, é tarefa espinhosa. O uso do conceito de guerra híbrida encontrava-se restrito à esfera militar.[[13]](#footnote-14) No entanto, com a anexação da Criméia em 2014, ele foi adotado pelo discurso político e difundiu-se tanto nos Estados Unidos quanto na Rússia, sendo responsável por produzir um jogo de acusações que contribui, de certa forma, para a intensificação da confusão conceitual que já estava presente na gênese da noção. As análises de pesquisadores brasileiros que a utilizam reiteram a confusão conceitual e, especialmente, a imprecisão nas atribuições da esfera midiática na assim denominada ‘guerra híbrida’. E, por outro lado, seu uso no âmbito jornalístico acaba por sancioná-la socialmente como categoria analítica, o que é fortemente criticado pelos defensores dos direitos humanos.[[14]](#footnote-15)

Isso se deve a que as distintas denominações que apelam ao termo ‘guerra’ buscam dar atenção ao panorama conflitivo que catalisa o centro social da realidade brasileira. De uma maneira geral, entendem seus críticos que o recurso à denominação ‘guerra’ corrobora a manutenção de Forças Armadas num cenário que, a rigor, não demanda mobilização de efetivos militares. Os conflitos domésticos, responsáveis por dizimar mulheres, jovens pobres e negros, homossexuais e transsexuais, bem como trabalhadores do campo e indígenas. A violência vem marcada por conflitos entre grupos narcotraficantes, intensificados a partir de 2008.[[15]](#footnote-16)

Os números de homicídios por armas de fogo flagelam a população brasileira. Em 2014, somaram o equivalente a cinco óbitos a cada hora.[[16]](#footnote-17) Em termos de letalidade policial, em 2022 o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública registrou um total de 6.429 mortes decorrentes de intervenção policial, dentro e fora do horário de serviço, evidenciando uma média diária de 17 vítimas.[[17]](#footnote-18) Uma série da pesquisa sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, no período 2005-2021, evidencia incremento significativo nos registros de sofrimento por violência (física, psicológica, moral, sexual e patrimonial).[[18]](#footnote-19)

## A Multidimensionalidade da Violência

A multidimensionalidade da violência permite constatar que, além dos dados aqui apontados, os conflitos sociais passam a contemplar também a dimensão da violência simbólica e seus efeitos, como a desinformação e o discurso de ódio circulados em iniciativas de *microtargeting* direcionado com propaganda ideológica.

A participação brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti - *Minustah* (2004-2017) proporcionou a formação de uma legião de veteranos cuja atuação na sociedade nacional mereceria críticas, uma vez que sua replicação vulnera os limites supostos ao uso da violência no espaço doméstico.[[19]](#footnote-20)

Assim, o uso do conceito de ‘guerra híbrida’ em contextos distintos daquele que o gerou mais obscurece do que esclarece aspectos da realidade que se analisa. Ademais, seu uso discursivo ambíguo no Brasil da atualidade tem servido para justificar cenários que permitem ações de combate e defesa excessivas, produzindo-se abusos. Defensores dos direitos humanos reclamam políticas securitizadoras, pois o uso operativo e alargado da noção de guerra híbrida tem facilitado colocar a população civil como alvo de operações militares por agentes das Forças Armadas, polícias militares estaduais e milícias privadas.[[20]](#footnote-21)

A breve digressão ao cenário tenebroso pertinente aos registros de óbitos violentos no Brasil faculta a interpretação dos acontecimentos do 8 de janeiro como uma ação disruptiva e planejada contra a institucionalidade. Tomar os tumultos em Brasília com o propósito de construir uma provocação às forças militares que os autorizaria a coadjuvar junto às derrotadas forças bolsonaristas, configurando uma intentona de golpe de Estado. Assim, os tumultos teriam sido planejados com a potência de uma ‘bomba semiótica’,[[21]](#footnote-22) uma alegoria mascaradora do propósito de sustentar um golpe de Estado e desatar a insurgência militar.

Igualmente, a noção de operações psicológicas, designada com a sigla Opsinf, dirigida à formação militar no contexto de uma guerra híbrida, daria sustentação a tal tipo de prática.[[22]](#footnote-23) E a modalidade mais relevante nesta situação seria a *Opsinf* midiática, realizada por especialistas infiltrados na sociedade civil.[[23]](#footnote-24)

Essas noções parecem ser, em maior ou menor medida, vicárias da exposição dos jovens militares chineses Qiao Liang e Wang Xiangsui, os quais enunciam diretamente o envolvimento da mídia na guerra ilimitada. O contexto de sua abordagem, no entanto, tende a ser o conflito travado na assimilação cultural de potências ocidentais sobre países asiáticos.[[24]](#footnote-25)

Em meio à extrapolação das competências midiáticas para atividades conflitivas, a comunicação estratégica profissional,[[25]](#footnote-26) presente nos esforços da extrema-direita brasileira, em concordância com seus aliados transnacionais, utiliza as plataformas de mídias digitais para produzir efeitos de dissonância cognitiva coletiva.[[26]](#footnote-27) Essa perspectiva permite considerar que milhões de brasileiros são transformados em ‘combatentes involuntários’ de um conflito movido pela polarização política e de consequências ameaçadoras para a democracia.

Faz-se necessário remeter às mudanças ocorridas no uso social das imagens, mais que no seu uso pelo jornalismo profissional. A ampla disseminação de práticas de desinformação por bolhas de redes de mídia social, especialmente WhatsApp e Telegram, mas também por Instagram e Facebook, incentivou a produção de *lives* que transmitiram e obtiveram ampla circulação em tempo real dos acontecimentos em curso na Praça dos Três Poderes. Com tais práticas foi possível constatar que a dialética da mirada proporcionou interpretações divergentes a partir da apropriação popular e não mais de ativistas de esquerda, mas de pessoas concentradas em produzir distúrbios sociais por via conservadora.

A produção e circulação de *hashtags* orientativas das mobilizações físicas e virtuais, propiciando a disseminação de tópicos em posts e lives por elas apoiados foram amplificados pelas redes de televisão corporativas. Conforme se observou nos EUA em 2021, as redes de televisão converteram-se em retransmissores cruciais que rodeavam *tweets* presidenciais de Donald Trump, o que também ocorreu no Brasil com Jair Bolsonaro. O uso de uma *hashtag* replicava em mensagens de influenciados de extrema-direita da Internet e de mídias sociais, mobilizando audiências de televisão aberta e fechada.

Um debate ocorria dentro dos grupos bolsonaristas no Telegram e dizia respeito à concentração que estava sendo planejada. Cogitavam se ela deveria ocorrer nos Quartéis Generais, que já estavam mobilizados desde outubro de 2022, ou no Palácio do Planalto. E uma maneira de unificar o movimento foi lançar a bandeira de mobilização para o 8 de janeiro. Várias *hashtags* foram detectadas. *#Brazilianwasstolen*, por exemplo, como réplica do Capitólio - *#stopthesteal*[[27]](#footnote-28) -, e outras anteriores como *#brazilianspring*, *#brazilwasstolen* e *#intervencaofederal*. Consta que *#festadaselma* foi a definitiva para a mobilização do dia 8 de janeiro. Eles teriam mudado para Selma para referir-se ao local da 'festa', em alusão à Esplanada dos Ministérios, local habitual de concentrações populares em Brasília. Um dos maiores grupos bolsonaristas no Telegram se chama Selva. E 'Selva!' é uma saudação militar no Brasil. Esta hashtag #festadaselma circulou especialmente nas últimas 48h, enquanto as outras já circulavam desde novembro.

No caso dos Estados Unidos, os alertas circulados nas mídias sociais foram utilizados para incriminar a militância. As pessoas postaram fotos, fizeram lives e comprometeram-se a si mesmas e aos demais, formando um exército de voluntários. Também compõem esse exército aqueles agentes que foram incapazes de prever um distúrbio iminente de tamanhas proporções, dado que o acampamento concentrado em Campinas-SP, a cerca de 900 quilômetros de Brasília, alertou com antecedência a possibilidade do tumulto. E procedimento que parece ser inédito é de que foi permitido aos detidos continuar produzindo e fazendo circular imagens de quando já estavam provisoriamente presos. Assim, o circo festivo não finalizou com a vandalização na Praça dos Três Poderes.

Produziram-se prisões? De acordo com informações fornecidas pelo Supremo Tribunal Federal, Corte Suprema do Brasil, entre os dias 8 e 9 de janeiro aproximadamente 2.150 pessoas foram presas pela Polícia Federal e enviadas ao Complexo Penitenciário da Papuda. Conforme as investigações foram avançando, outras prisões ocorreram nos dias seguintes. Em março de 2023 a Procuradoria Geral da República já havia apresentado 919 denúncias por incitação pública, associação criminosa, dano qualificado, abolição violenta do estado de direito e golpe de Estado.

As falhas encontram desdobramentos como a queda de um general, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o afastamento do governador do Distrito Federal e a prisão de seu secretário de segurança pública. A máquina de desinformação montada foi capaz de sujeitar o Batalhão da Guarda Presidencial e os Policiais Militares do Congresso Nacional com depredação de vidraças, obras de arte e equipamentos de segurança.

## Um Epílogo a *Manu Militari*

O tumulto aqui analisado é um claro exemplo de evento midiatizado que foi concebido especificamente no propósito de promover a causa de desestabilização institucional, na qual o alvo está fixado na ruptura democrática. O evento referido conhece diferentes posições de análise e encontra-se na mira da CPMI já referida. Há uma posição estabelecida na tendência governista que o denomina de intentona golpista, uma mascarada com o propósito de sustentar um golpe de Estado no Brasil com vistas a contestar o presidente eleito e empossado uma semana antes com uma grande festa popular.

A interpretação dos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, evocada ao início deste texto como um fim de festa, encontra no debate sobre a regulação das plataformas digitais um tópico exemplar para expor o drama que encerra a guerra informacional que os brasileiros enfrentam e que registra posições exacerbadas, próprias do ambiente de polarização política que elas promoveram e através do qual lucraram economicamente. Tomado como território livre para todo tipo de ensaios de interações digitais sem qualquer controle ou punição para além das personalidades evocadas nas situações expostas, os controladores de plataformas digitais são absolutamente inimputáveis e dispensados de qualquer compensação econômica pelo caos que ajudam a promover e dispersar. A circulação midiática absolutamente descontrolada, sem qualquer tipo de freio, converteu a sociedade brasileira num laboratório social.

A circulação desenfreada de conteúdos de difícil filtragem expõe cotidianamente a crianças, jovens, minorias, idosos, pessoas com ou sem letramento digital, e implementa processos de conflito discursivo de alta carga emocional. Tais processos têm congregado os brasileiros na condição já referida de combatentes involuntários de uma guerra informacional cujas posições são de precário discernimento, mas cujos prejuízos são notórios para a democracia. Por outro lado, há uma legião de combatentes voluntários, oriundos da classe média alta e da classe alta que, preocupados em manter seus privilégios e com escassa formação cidadã, lança mão de apelos populistas com vistas a granjear simpatias de outras parcelas da população, naturalizada como ralé, com as quais mantém um acordo velado de obscurantismo político.[[28]](#footnote-29)

Recorrendo ao cineasta brasileiro Glauber Rocha,[[29]](#footnote-30) entendemos que a pedagogia da crueldade, tão presente na história da colonização europeia, opera produzindo discriminações e espalhando medo. A produção de sentido nas narrativas de medo surge da evocação do uso da força dirigida a certos corpos, reconhecendo determinados objetos e ações. Sua heterogeneidade distingue e estabelece normalidades que não existiam, insurge-se contra os preceitos de igualdade social por desacreditar tanto dos valores da mídia *mainstream*, quanto da mídia alternativa. Trata-se, então, de construir procedimentos midiatizados de uma ação insurrecional, de cunho tradicionalista e conservador. Neste propósito, confirma-se que apoderar a instância midiática sem mediação seria o intento que guiou o coletivo. Já o propósito final (o golpe de Estado) estaria no planejamento da elite que mobilizou o conjunto de manifestações durante os acampamentos frente aos quartéis generais.

Na perspectiva da guerra híbrida, a nova guerra possui combatentes que apresentam suas crenças não mais com os honrosos louvores à pátria. Os corpos dos combatentes dessa nova modalidade de guerra pretendem atingir práticas culturais que testemunham uma história que eles não percebem gloriosa. Da perspectiva midiática tornou-se possível sustentar que a possibilidade de transmissão em tempo real dos acontecimentos na Praça dos Três Poderes por seus próprios perpetradores implicava no sucesso mesmo da ação conflitiva, tanto quanto na depredação produzida. Tratava-se de expressar sua denúncia contra o que tomavam por degradação da nacionalidade. E, especialmente, cuidava-se de produzir cenas que não permitissem uma narrativa eufemística e que dispensasse qualquer mediação heurística. Uma violência crua contra objetos que, ademais, não encontra amparo em convenções internacionais. Cenas capazes de produzir a paralisação do novo governo instaurado e ainda a pasmaceira internacional. Elas também objetivavam prenunciar a mensagem de que, contra esse tipo de guerra, nada se poderá fazer.

Os tumultos, por outra via, prosseguem naquelas práticas que historiadores recalcitrantes recusam-se a reconhecer, a de terrosimo de Estado.[[30]](#footnote-31) Muitos acampamentos foram montados à frente dos Quartéis Generais do Brasil em outubro, durante o período eleitoral, com suporte orçamentário do Ministério da Defesa (alimentação, medicamentos e banheiros químicos). Eles somente seriam desmobilizados após o 8 de janeiro. Aguarda-se a responsabilização institucional por tais atividades, em debate na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos Antidemocráticos perpetrados no de 8 de janeiro, do Congresso Nacional.

A produção e circulação de imagens de violência na Praça dos Três Poderes em tempo real não buscou representar a violência. Ela avançou ao fazer-nos partícipes de uma ordem comunicacional em que a violência se prolonga até nós por via digital. E que é capaz de impactar a um mundo superpovoado por imagens.

As imagens da Praça dos Três Poderes possuem vínculos que provêm do ambiente de desinformação, nutrido tanto pelo sistemático ataque da mídia de referência aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), quanto pelo sistema de redes operantes nas mídias sociais, especialmente desde 2013. Elas mantêm entre si um profundo laço de apelo ao ‘discurso de ódio’ como fonte comum de dotação de sentido. As reações críticas provêm de um ambiente intelectual, ilustrado, que conta com dificuldades de capilarização na sociedade brasileira e, assim, sua capacidade de engendrar reações críticas é limitada. A reconstrução do tecido social, da chamada pacificação, colocada como meta do governo eleito e manifesta no discurso de posse do presidente Lula, rapidamente caiu no esquecimento, dado que ela passa pela interpretação das formas de violência que a circulação midiática estimula.

As cenas circuladas mundialmente manifestam o caráter performativo da hipermidiatização planejada para projetar a disruptura institucional. A atividade do teatro de guerra encenado na Praça dos Três Poderes constituiu-se como expressão que buscou dar concretude e realeza a um imaginário bélico, evidenciando seu potencial disruptivo, de estranhamento absoluto com o Brasil ali configurado por seus três poderes republicanos. Uma instabilidade que somente a *manu militari* se poderia conter. Em 8 de janeiro de 2023 o país do carnaval ganhou notoriedade por seu simbolismo inverso, a polarização, resultando em imagens de um apocalipse político narrado por via midiatizada.

## Bibliografia

Adorno, Sergio, Almeida, Maria Herminia T., Ribeiro, Renato J., Nobre, Marcos S., Lima, Roberto K., Monteiro and Joana da Costa M. Violência e radicalização. In ACIESP. *Fapesp 60 Anos: a ciência no desenvolvimento nacional*. São Paulo: ACIESP-Fapesp, 2022, pp.190-221. https://doi.org/10.4322/978-65-86819-27-4.1000007.

Almeida, Frederico de. '“Vândalos”, “Trabalhadores” e “Cidadãos”: sujeição criminal e legitimidade política na criminalização dos protestos de junho de 2013', *Dados rev. ciênc. sociais* 63.4 (2020). https://doi.org/10.1590/dados.2020.63.4.218

Bolton, Derek. ‘Targeting Ontological Security: Information Warfare in the Modern Age’, *Political Psychology* 42.1 (2021): 127–42, https://doi.org/10.1111/pops.12691.

Carvalho, José M. ‘Fundamentos da política e da sociedade brasileiras’, in Lúcia Avelar and Antônio O. Cintra, *Sistema político brasileiro: uma introdução*. São Paulo: Unesp, 2007, pp. 19–34.

Carvalho, José M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Castro Rocha, João C. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*, Goiânia: Caminhos, 2021.

Costa, Darc. 'Guerra psicológica nos novos tipos de guerra', *Revista Silva* 2.2(2018): 17-32, http://www.ebrevistas.eb.mil.br/silva/article/view/11109.

Cruz, Isabela. ‘Entrevista de Julio C. Rodrigues: Confiança nas instituições gerou erro na percepção de risco’, *Nexo Jornal*, 9 janeiro 2023, https://encurtador.com.br/wyCPT.

Dayan, Daniel and Katz, Elihou. *Media Events. The live broadcasting of the history*, Cambridge-MA: Harvard University Press, 1992.

Dourado, Maria E. B., Leite, Alexandre C. C., and Nobre, Fábio R. F. ‘Guerra híbrida vs. Gibridnaya Voyna: os diferentes significados dos conflitos híbridos para o Ocidente e para a Rússia’, *Esc. Guerra Nav.* 26.1 (2020): 39–64, https://10.21544/1809-3191.v26n1.p39-64.

Fausto, Boris. *História do Brasil,* São Paulo: USP, 2009.

Ferreira, Wilson R. V. *Bombas semióticas na guerra híbrida brasileira (2013-2016): por que aquilo deu nisso?,* São Paulo: Cinegnose, 2020.

# 

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo: FBSP, 2023, https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/.

Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIIK). *Conflict Barometer 2021*, Heidelberg, 2022, https://hiik.de/wp-content/uploads/2022/03/CoBa\_01.pdf.

Leirner, Piero. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: Militares, operações psicológicas e política em perspectiva etnográfica*, São Paulo: Alameda, 2020.

Liang, Qiao and Xiangsui, Wang. *A guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização,* Beijing: Pla Literature and Arts Publishing House, 1999.

liu, michelle c. et al. ‘Riot Platforms: Protest, Police, Planet’, *Antipode* 54.6 (2022): 1901–1922, https://doi.org/10.1111/anti.12861.

Neto, Lira. *Getúlio:**dos anos de formação à conquista do poder (1982-1930)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Pascual, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado,* Brasília: UnB, 2004.

Passos, Anaís Medeiros. ‘¿Guerra al crimen organizado? Favelas e intervención militar en Brasil’, in Carolina Sampó and Sonia Alda (ed.), *La transformación de las Fuerzas Armadas en América Latina ante el crimen organizado*. Lima/Madrid: Ejército del Perú/Real Instituto Elcano, 2019, pp. 207-226.

Ramos, Silvia (Coord.). *A dor e a luta: números do feminicídio,* Rio de Janeiro:

Rede de Observatórios da Segurança - CESeC, 2021.

Rocha, Glauber. *La revolución es una Eztetyka*. Caja Negra: Buenos Aires, 2011.

Schmidt, Flávia de H. *Nota técnica. Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal*, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022.

Silva, João C. J. ‘Análise histórica das Constituições brasileiras’, *Ponto e Vírgula* 10 (2011): 217–244, http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/13910/10234.

Silveira, Ada C. M. 'A Cavalaria como imagem de mundo: *manu militari* e ambivalências ético-políticas'. *Galáxia* 47 (2022):1–24, https://doi.org/10.1590/1982-2553202256876.

Souza, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive,* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

Suresh, Vishnuprasad P. et al. ‘Tracking Fringe and Coordinated Activity on Twitter Leading Up To the US Capitol Attack’, *Data Paper*, https://doi.org/10.48550/arXiv.2302.04450.

Waiselfisz, Julio Jacob. *Mapa da violência 2016. Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Flacso/Brasil, 26 August 2015, https://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016\_armas\_web-1.pdf. Flacso/Brasil.

1. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria e pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica, Brasil. [ada.silveira@ufsm.br](mailto:ada.silveira@ufsm.br) [↑](#footnote-ref-2)
2. Professora na Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). schd.gabriela@gmail.com [↑](#footnote-ref-3)
3. Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutoranda no Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. camilahartmann6@gmail.com [↑](#footnote-ref-4)
4. michelle c. liu et al., ‘Riot Platforms: Protest, Police, Planet’, *Antipode* 54.6 (2022): 1901–1922. https://doi.org/10.1111/anti.12861. [↑](#footnote-ref-5)
5. Isabela Cruz, ‘Entrevista de Julio C. Rodriguez: Confiança nas instituições gerou erro na percepção de risco’, *Nexo Jornal*, 9 January 2023, https://encurtador.com.br/wyCPT. [↑](#footnote-ref-6)
6. Boris Fausto, *História do Brasil,* São Paulo: USP, 2009.

   José M. de Carvalho, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

   José M. de Carvalho. ‘Fundamentos da política e da sociedade brasileiras’, in Lúcia Avelar and Antônio O. Cintra, *Sistema político brasileiro: uma introdução*, São Paulo: Unesp, 2007, pp.19-34. [↑](#footnote-ref-7)
7. Lira Neto, *Getúlio:**dos anos de formação à conquista do poder (1982-1930)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012. [↑](#footnote-ref-8)
8. João C. J. Silva, ‘Análise histórica das Constituições brasileiras’, *Ponto e Vírgula* 10 (2011): 217-244. http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/13910/10234. [↑](#footnote-ref-9)
9. Flávia de H. Schmidt, *Nota técnica. Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal*, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. [↑](#footnote-ref-10)
10. Ada C. M. Silveira. 'A cavalaria como imagem de mundo: *manu militari* e ambivalências ético-políticas'. *Galáxia* 47 (2022): 1-24, https://doi.org/10.1590/1982-2553202256876. [↑](#footnote-ref-11)
11. Daniel Dayan and Elihou Katz, *Media Events. The live broadcasting of the history*, Cambridge, MA: Harvard University Press,1992. [↑](#footnote-ref-12)
12. michele c. liu et al., , ‘Riot Platforms: Protest, Police, Planet’, *Antipode* 54.6 (2022): 1901–1922. https://doi.org/10.1111/anti.12861 [↑](#footnote-ref-13)
13. Maria E. B. Dourado, Alexandre C. C. Leite, and Fábio R. F. Nobre, ‘Guerra híbrida vs. Gibridnaya Voyna: os diferentes significados dos conflitos híbridos para o Ocidente e para a Rússia’, *Esc. Guerra Nav.* 26.1 (2020): 39–64, 10.21544/1809-3191.v26n1.p39-64. [↑](#footnote-ref-14)
14. Frederico de Almeida. '“Vândalos”, “Trabalhadores” e “Cidadãos”: sujeição criminal e legitimidade política na criminalização dos protestos de junho de 2013', *Dados rev. ciênc. sociais* 63.4 (2020). https://doi.org/10.1590/dados.2020.63.4.218 [↑](#footnote-ref-15)
15. Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIIK), *Conflict Barometer 2021*, Heidelberg, 2022, https://hiik.de/wp-content/uploads/2022/03/CoBa\_01.pdf. [↑](#footnote-ref-16)
16. Julio Jacobo Waiselfisz, *Mapa da violência 2016. Homicídios por armas de fogo no Brasil.* Flacso/Brasil, 26 August 2015, https://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016\_armas\_web-1.pdf. [↑](#footnote-ref-17)
17. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo: FBSP, 2023, https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/. [↑](#footnote-ref-18)
18. Silvia Ramos (Coord.). *A dor e a luta: números do feminicídio,* Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança - CESeC, 2021. [↑](#footnote-ref-19)
19. Anaís Medeiros Passos. '¿Guerra al crimen organizado? Favelas e intervención militar en Brasil, in Carolina Sampó and Sonia Alda, *La transformación de las Fuerzas Armadas en América Latina ante el crimen organizado*. Lima/Madrid: Ejército del Perú/Real Instituto Elcano, 2019, pp. 207–226. [↑](#footnote-ref-20)
20. Sergio Adorno et al. 'Violência e radicalização', in ACIESP. *Fapesp 60 Anos: a ciência no desenvolvimento nacional*. São Paulo: ACIESP-Fapesp, 2022, pp.190-221. https://doi.org/10.4322/978-65-86819-27-4.1000007. [↑](#footnote-ref-21)
21. Wilson R. V. Ferreira, *Bombas semióticas na guerra híbrida brasileira (2013-2016): por que aquilo deu nisso?*, São Paulo: Cinegnose, 2020. [↑](#footnote-ref-22)
22. Piero Leirner, *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: Militares, operações psicológicas e política em perspectiva etnográfica*, São Paulo: Alameda, 2020. [↑](#footnote-ref-23)
23. Darc Costa, 'Guerra psicológica nos novos tipos de guerra', *Revista Silva* 2.2 (2018): 17–32. Also avaliable from: http://www.ebrevistas.eb.mil.br/silva/article/view/11109. [↑](#footnote-ref-24)
24. Qiao Liang and Wang Xiangsui, *A guerra além dos limites: conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização,* Beijing: Pla Literature and Arts Publishing House, 1999. [↑](#footnote-ref-25)
25. Derek Bolton, ‘Targeting Ontological Security: Information Warfare in the Modern Age’, *Political Psychology* 42.1 (2021): 127-42, https://doi.org/10.1111/pops.12691. [↑](#footnote-ref-26)
26. João C. de Castro Rocha, *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*, Goiânia: Caminhos, 2021. [↑](#footnote-ref-27)
27. Vishnuprasad P. Suresh et al, ‘Tracking Fringe and Coordinated Activity on Twitter Leading Up To the US Capitol Attack’, *Data Paper,* https://doi.org/10.48550/arXiv.2302.04450. [↑](#footnote-ref-28)
28. Jessé Souza, *A ralé brasileira: quem é e como vive,* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. [↑](#footnote-ref-29)
29. Glauber Rocha, *La revolución es una Eztetyka*, Caja Negra: Buenos Aires, 2011. [↑](#footnote-ref-30)
30. Alejandra Leonor Pascual, *Terorismo de Estado,* Brasília: UnB, 2004. [↑](#footnote-ref-31)